

**O programa universidade para todos – prouni - na visão do modelo institucional de dye****The university for all program - prouni - in the vision of the institutional model of dy**

Recebimento dos originais: 10/02/2019

Aceitação para publicação: 13/03/2019

**Sabrina Klose Nadalon**

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa

Instituição: Universidade Federal do Pampa

Endereço: Rua General Osório, 1745–Bairro Centro, Jaguari – RS, Brasil

E-mail: sabrinaknadalon@hotmail.com

**Cláudio Damin Júnior**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituição: Universidade Federal do Pampa

Endereço: Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200– Bairro Passo, São Borja – RS, Brasil

E-mail:claudiodamin@unipampa.edu.br

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo expor, de forma breve alguns aspectos teóricos referentes à visão do Prouni diante do modelo institucional de análise de políticas públicas de Thomas Dye. Realizou-se análise de conteúdo onde objetivou-se o estudo da política pública diante do modelo para que fosse possível compreender quais são seus elementos e como se relacionam, os papéis institucionais, buscando então, identificar o Prouni diante do Modelo institucional de Dye. Percebeu-se com o presente estudo que a Política pública do Prouni está atrelada ao modelo institucional, pois foi criada, implementada, avaliada e monitorada por uma instituição, Ministério da Educação.

**Palavras Chave:** Modelo institucional; Prouni; Política

**ABSTRACT**

The present work has the objective to exhibit, of the brief form, theoretical aspects relative the Prouni's view against the Institutional public policy model Thomas Dye's analyze. Was carried out content analysis as was objective public policy study to understand what its elements are and how they relate the institutional roles trying to identify the Prouni in presence Dye's institutional model. Was realize with study that public policy of the Prouni is put to the institutional model, because was create, implemented, assessed and monitored by an institution, the Education' Ministry.

**Key Words:**Institutional model; Prouni; Politic.

**1 INTRODUÇÃO**

As políticas públicas podem ser caracterizadas como asconsequências de um processo político que busca ordenar as demandas dos agentes com os interesses, das organizações e instituições da sociedade. Logo, envolvem uma complexidade de interações entre atores sociais para sua formulação, implementação, gestão e avaliação.

Diante dessa complexidade, estudiosos e analistas políticos tem ao longo dos anos tentado elaborar modelos e/ou referenciais para que torne-se mais fácil o entendimento das etapas do processo de institucionalização das políticas públicas.

Assim, a implementação de políticas públicas no Brasil têm promovido muitos debates e estudos sobre seu processo de elaboração e implementação o que vem de encontro com o que coloca Souza (2006) quando diz que o campo do conhecimento denominado políticas públicas ganhou ênfase nos últimos anos instigando inúmeras reflexões sobre as instituições, regras e modelos.

Analisar modelos de políticas públicas se constitui, portanto, um procedimento que engloba um olhar explicativo e normativo sobre o processo de elaboração destas, realizando estudos sobre as ações do Estado ou de uma ação institucional como forma de investigação social aplicada à análise das atividades concretas dos atores sociais com ênfase no comportamento dos atores e no processo de formulação da agenda e da política, buscando compreender como, o porquê e para quem aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si, partindo do entendimento de que o reconhecimento de valores e interesses dos atores envolvidos com o processo de elaboração da política pública também são elementos essenciais.

Nesse sentido, analisar uma política pública tem como componente de análise as decisões políticas e os programas de ação dos governos, questionando sobre os problemas que essas decisões buscam solucionar, sobre as saídas a serem utilizadas e sobre as condições da sua implementação, assim, adotar-se-á neste artigo o conceito formulado por Thomas Dye (2005), para que possa ser feita a análise do Programa Universidade para Todos - Prouni, na visão do modelo institucional, compreendendo quais seus elementos e como se relacionam, os papéis institucionais, a repartição de competências para que seja concretizado o programa e como se dá sua implementação a partir da legalidade dos deveres e obrigações estabelecidos nas leis por meio de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011) significa o conjunto de técnicas que busca a compreensão ou sentido de documentos por meio de técnica sistemática e objetiva para descrever o conteúdo do tema pesquisado. Por fim, este artigo buscará identificar o Prouni diante do Modelo institucional de Dye.

## 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Política pública pode ser caracterizada como ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta e/ou indireta interagindo tanto com entes públicos como privados, para garantir a ordem social e os direitos dos cidadãos. Política pública, então, são ações de responsabilidades do Estado relacionadas à criação, desenvolvimento e manutenção das necessidades dos cidadãos, a partir de um processo de tomada de decisões das quais participam órgãos públicos e diferentes instituições e atores sociais.

Souza (2006, p.26) define política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Como salienta a autora, uma política pública é o instrumento que o governo utiliza para regular as ações sociais, buscando satisfazer as necessidades coletivas da população.

Para Secchi (2016) o conceito de política pública é abstrato, mas concretiza-se como ferramentas reais como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros para o enfrentamento e solução do problema político.

Algumas fases definem os processos que formam as Políticas Públicas, conhecido como Ciclo das Políticas Públicas (*policy cycle*). Este ciclo ilustra o funcionamento de uma Política Pública em fases contínuas e articuladas. Na concepção de Secchi (2010) o ciclo envolve a identificação do problema, a formação da agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a implementação, a avaliação e, a extinção.

A identificação do problema envolve definir a situação. O entendimento do problema, sua identificação levará à uma delimitação, que, poderá entrar na lista das prioridades, formando a agenda, fase onde este é discutido e poderá ser estabelecido um programa, um projeto a ser desenvolvido para saná-lo.

A formulação de alternativas é desenvolvida por meio de protocolos formais ou informais das consequências do problema, nesse momento que é colocado claramente as escolhas dos atores, possíveis gastos e melhoramentos, bem comum, oriundos de alternativa

viável. Após, a próxima fase, a tomada de decisão, concentra-se a determinação de alternativa pelo governo para a determinação de metas a serem realizadas, os recursos a serem empregados e o tempo de ação, formatando a política pública.

Já, a fase de implementação é onde de fato a política pública começa a ser desenvolvida. A avaliação é a fase de conhecimento e o acompanhamento da política pública, ou seja, examina-se, monitora-se o desempenho do projeto, programa, ação governamental e, a última fase, a extinção caracteriza-se pelo encerramento da política pública. (SECCHI, 2010).

Portanto, é relevante que esse ciclo e essas políticas públicas sejam analisadas eficaz e eficientemente para o desenvolvimento e adequação continuadas das formas de atuação dos governos, já que nos últimos anos foram reduzidos os volume de recursos para a implementação de novas políticas, aumento da concorrência e ampliação do processo de democratização e controle social.

A análise de políticas públicas conforme Frey (2000) relaciona-se ao sistema de investigação implícita ou explicitamente baseada na apreciação. Fundamenta-se em um conjunto de técnicas, conceitos e estratégias, que buscam melhorar o processo de implementação da política envolvendo desde a identificação e definição do problema, formulação de soluções alternativas, adoção de uma alternativa até a implementação da alternativa selecionada buscando esclarecer suas propostas, objetivos, estratégias, conquistas e os atores envolvidos.

Análise de políticas públicas é a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos. A análise de políticas públicas visa melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problemas (*problem analysis*) e análise de soluções (*solution atudysis*) para auxiliar nas decisões e na estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas (SECHI, 2016, p.1)

Analisar política pública então, significa verificar como esta foi criada, como funciona, em que processo se encontra para que seja possível atestar sua confiabilidade, eficácia, custo-efetividade, eficiência, segurança, facilidade de uso e probidade, oportunizando o cumprimento de seu objetivo que é produzir efeitos e resultados concretos,

que possam identificar as decisões a serem tomadas por gestores, executores e sociedade em geral.

## 2.1 MODELO INSTITUCIONAL DE DYE

As políticas públicas demonstram durante sua constituição, implementação e, principalmente nos seus resultados, as ações do poder público, abrangendo a distribuição e redistribuição de poder, os conflitos sociais durante os processos de decisão, bem como os custos e benefícios sociais produzidos por elas. Envolvem então, mais que uma decisão e requerem ações bem escolhidas para implementação e resultados acertados.

De acordo com Rua (2017) as políticas públicas abrangem toda a atividade política, e, conforme a linguagem de Easton, resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e, frequentemente, de *withinputs*, demandas originadas no interior do próprio sistema político. Os *inputs* e os *withinputs* podem expressar necessidades e apoio.

Logo, para entender como funcionam os processos de elaboração, implementação e, avaliação de políticas públicas, utilizam-se estudos de diversos modelos que procuram examinar causas e consequências para entender e interpretar o processo político. Um dos modelos para a análise e compreensão das políticas públicas é o modelo institucional de Thomas Dye.

Para Dye (2005) os modelos são as representações conceituais para o estudo e entendimento das políticas públicas. De acordo com o autor, as políticas públicas podem ser analisadas através de 9 modelos, modelo de processo onde as atenções são dadas ao processo e evita-se a análise sobre a substância da política pública, o modelo de grupo que a ênfase é dada na interação entre os grupos como o fato mais importante da política, o modelo de elite o qual afirma que as políticas públicas são sempre de cima para baixo, a elite as determina. Já, o modelo racional analisa as políticas públicas baseado na relação custo/benefício da mesma, o modelo incremental analisa a política a considerando sempre uma continuidade de outra, o modelo da teoria de jogos visualiza a política pública como um jogo de decisões onde dois ou mais participantes fazem escolhas e os resultados dependem destas, o modelo da opção pública baseia-se na análise e intermediação das decisões políticas do poder público, levando em conta o interesse de todos os atores, o modelo sistêmico que envolve a análise das respostas dadas pelo sistema político pelas demandas apresentada pelo ambiente e, o modelo institucional.

O modelo institucional, caracteriza-se como o modelo que dá evidência ao papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, não sendo significativa a união entre a composição das organizações políticas e o objeto da política pois esta é entendida como a responsabilidade das instituições políticas com foco prioritário no papel do Estado e suas instituições se atendo às instituições governamentais somente, o que engloba sua estrutura, organização, deveres e funções, sem buscar formalmente informações acerca do impacto das características institucionais sobre os resultados na produção das políticas públicas (DYE, 2005).

O autor, ainda ressalta que no modelo institucional, a ênfase é dada no papel do Estado na produção das políticas públicas com enfoque menor nas estruturas institucionais e no conteúdo da política. Contudo, não significa que a política pública não seja de interesse da sociedade, mas sim identificada pelo próprio governo.

Colaborando, Ham e Hill (1993) apud Serafim e Dias (2012) salientam que a análise de política pública ao objetivar esclarecer as origens e consequências da ação governamental, concentra-se nas instituições e nas estruturas de governo, ou seja, preocupa-se com as ações do governo.

O modelo institucional, realiza a análise da política através do entendimento dos níveis em que se dão verdadeiramente as relações políticas no funcionamento da estrutura institucional. É o grau visível dos acordos e organizações entre os atores sociais e institucionais, determinadas por fluxos de recursos e de autoridade com análise focada no processo de decisão dentro das organizações e nas relações entre elas (SERAFIM E DIAS, 2012).

Dye (2005) explica que a apreciação de uma política seguindo o modelo institucional diminui a relação entre as políticas públicas e as instituições governamentais, pois, neste, o governo dá legitimidade às políticas por meio das cobranças legais, onde os cidadãos podem considerá-las importantes ou obrigatórias já que são identificadas, formuladas e implementadas pelo governo. O governo expressa a política também como universal, considerando que por serem governamentais dizem respeito à todas as pessoas da sociedade e, ainda, por monopolizar o ciclo da política pública o governo acaba por coagir a sociedade quanto à violação destas políticas, identificadas, formuladas e implementadas pelo governo, apenas este pode legalmente avaliar e quando necessário punir transgressões. O modelo institucional de Thomas Dye, considera que as instituições acabam por tornarem-se modelos de comportamento de indivíduos e grupos, o que faz com que este modelo, não

torne-se improdutivo já que esse padrões de comportamento acabam por persistir ao longo do tempo.

Conforme explica Dye (2005), neste modelo, o governo como ator principal no processo de criação e implementação de políticas públicas, utiliza um modelo de cima para baixo, (*top down*), onde baseado em negociações organizacionais, de diferentes níveis de governo, são colocados em evidência as necessidade de políticas públicas, com pouca o nenhuma participação efetiva da sociedade como um todo. Nesse contexto, de acordo com o autor, para o governo, as políticas públicas, tem três características principais:

- a) legitimidade, pois guia-se pelas obrigações legais;
- b) universalidade pois tratam-se de políticas governamentais que envolvam toda a sociedade;
- d) coerção, pois só o governo pode legitimamente transformar uma política em política pública quando formulada por alguma instituição governamental.

Logo, o modelo institucional de Dye, tenta explicar as políticas públicas a partir das instituições governamentais em seus diversos níveis, ou seja, governos municipais, estaduais e federais e, as consequências dessas relações na formulação e implementação das políticas. Assim, sendo, a avaliação de uma política pública a partir do modelo institucional de Dye, pode contribuir para a ampliação do conhecimento das atividades do governo buscando melhorar a qualidade das políticas públicas.

## 2.2 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS- PROUNI: ASPECTOS LEGAIS E SUA RELAÇÃO COM O MODELO INSTITUCIONAL

A educação superior no Brasil, ganhou uma ênfase maior com a Constituição da República e com a aprovação de leis que regulamentam a educação superior. A partir de 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB, estabeleceu-se inúmeras novas diretrizes para o ensino superior, fomentando a formação de graduados nas diferentes áreas do conhecimento, para se inserirem e colaborarem com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Na LDB, (BRASIL, 1996), fica estabelecido que a educação engloba a formação integral do indivíduo desde seu desenvolvimento na família como no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa além da participação e envolvimento nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, tendo como fins o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. A educação deverá seguir os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, por meio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas com respeito à liberdade e apreço à tolerância vinculando a educação escolar com o trabalho e as práticas sociais.

Especificamente em relação à educação superior a LDB (BRASIL, 1996) estabelece em seu capítulo IV que a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Destarte, para a efetiva implantação dessa categoria da educação, percebe-se a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, no sentido

da eficácia na ampliação do sistema e melhoria nos processos, com vistas à elevação da qualidade dos serviços educacionais, numa perspectiva de implementação de políticas educacionais de Estado para o país. Corroborando, Dourado et al (2009) explica que em razão da aprovação da LDB, revelou-se indicativos de políticas para a educação superior, como a diversidade do sistema de políticas de expansão do ensino superior, a não-ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, a aferição da qualidade de ensino, mediante sistema de avaliação, ampliação do crédito educativo, envolvendo recursos estaduais, a ênfase no papel da educação a distância.

Então, a partir da medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, ficou constituído o Programa Universidade para Todos – Prouni o qual foi estabelecido pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, pelo Governo Federal (BRASIL, 2017).

Conforme Brasil (2017), o Programa Universidade para Todos - Prouni é um programa do Ministério da Educação, instituído pelo Governo Federal com a finalidade de ofertar bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, a estudantes brasileiros sem acesso ao ensino superior. As instituições de ensino superior que associam-se ao programa, em contrapartida terão desobrigação de tributos bem como receberão incentivos fiscais. O Prouni trata-se de um programa que oferta bolsas para a graduação aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais ou parciais. As bolsas integrais são oferecidas para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, e as parciais, são ofertadas para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos.

Para concorrer ao Prouni o candidato deverá realizar o Exame Nacional do Ensino Médio- Enem que efetiva-se em avaliações individuais dos estudantes por meio de provas para verificar seu desempenho. A partir das notas do Enem, os estudantes que inscreverem-se para concorrer às bolsas e poderão ser selecionados após por meio informatizado e anônimo para o cursos de graduação à que se inscreveram com transparência e segurança durante o processo. Ainda, os alunos que não conseguirem bolsa integral do Prouni, poderão financiar o restante através de outra política pública, o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. Essas políticas buscam possibilitar a ampliação do acesso dos estudantes ao ensino superior (BRASIL, 2008).

O Prouni, deste modo, é uma política pública de evidente importância no contexto educacional brasileiro, indicando novas oportunidades de estudo e permitindo a maior

participação da população de baixa renda no ensino superior visando assim, à inclusão socioeducativa. A combinação dos benefícios de isenção de impostos às instituições de Ensino superior que aderem ao programa e concedem bolsas, com a renúncia fiscal do governo federal de tributos cobrados das instituições de ensino superior privadas torna o programa uma forma de tentar democratizar a educação superior. Logo, o Prouni é uma política pública para a garantia do acesso, permanência e inclusão dos indivíduos de baixa renda no ensino superior, dando oportunidade de estudo e aperfeiçoamento à segmentos socioeconômicos historicamente, excluídos da possibilidade de ingressar num curso superior.

Ao ponderar sobre a política pública, Prouni, diante do modelo institucional proposto por Dye, pode-se considerar que este, é um produto institucional já que foi um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal, estabelecido pela Lei nº 11.096, e implementado pelas instituições de ensino superior que almejam ajustes fiscais. Ainda, o não cumprimento das regras da política pública PROUNI, receberão punição do governo.

Percebe-se que de acordo com as características das políticas públicas propostas por Dye, o Prouni, efetivamente trata-se de uma política de modelo institucional guia-se pelas obrigações legais, buscam envolver toda a sociedade, serem universais, e, são fiscalizadas pelo governo.

Além disso, instituição governamental cumpre seu papel, já que o Prouni adequa-se a função social do Estado de garantir aos indivíduos o acesso à um de seus direitos fundamentais, a educação, bem como atende ao seu objetivo de, desenvolver políticas educacionais que democratizem o ingresso ao ensino superior e também garantam aos cidadãos o direito à educação.

Para a efetivação da política pública, Prouni, subtende-se que as instituições, governo, por meio do Ministério da Educação, seja responsável pela elaboração e implantação desta política e as instituições de ensino superior são responsáveis pelas ações colocando essa política em prática. Também, analisando o Prouni no modelo institucional pode-se observar que as instituições acabam por constituírem bases históricas importantes, organizando uma direção que influencia as escolhas de demandas e políticas públicas possíveis, ou seja, democratização de acesso à educação superior.

Nesse sentido, Frey (2000) esclarece que o modelo institucional atribui às instituições governamentais uma definição importante e estratégica, e uma utilidade relacional, regulatória e cultural, uma vez que as instituições comandam os contextos das relações sociais, adequam

a distribuição de recompensas e posições sociais pela definição de metas e da decisão e utilização correta de recursos. Frey (2002) alerta que o modelo institucional de Dye, apesar de dar ênfase ao governo, reconhece os atores sociais e suas necessidades incluindo a participação social na identificação do problema, mas limitando sua atuação nas demais fases da constituição da política pública.

Porém, a institucionalização pode implicar, portanto, na produção de atividades políticas de negociação, refletindo as relações de poder existentes e podendo ter efeitos decisivos para o processo político e seus resultados. Uma crítica então, que se pode fazer ao estudo de uma política no modelo institucional, é que este não tem a preocupação com as relações as estruturas das instituições políticas e o teor da política, pois a ênfase dada é no aspecto estrutural podendo ser insuficiente para responder o porquê da escolha de tais políticas, a que interesses atendem e/ou contrariam.

### **3 CONCLUSÃO**

Diante da complexidade dos padrões de interação sociais envolvidos na formulação e na gestão das políticas públicas, tem-se procurado entender e elaborar modelos e/ou referenciais capazes de compreendê-las melhor, já que as políticas públicas são o resultado de um processo político que busca ordenar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições.

Este trabalho, teve, portanto, o objetivo de apresentar uma análise de forma simplificada da política pública Prouni, diante do modelo institucional desenvolvido por Dye. Essa análise permitiu intuir que essa política, apesar de beneficiar uma grande parcela da população, baixa renda, oportunizando o acesso ao ensino superior deu-se a partir de interesses do Estado, seja para o cumprimento de sua função, seja para o atendimento de interesses econômicos ou de atores sociais específicos. Apreende-se que durante o processo de identificação do problema o governo observa as demandas sociais, mas durante as demais fases do ciclo das políticas públicas, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação torna-se o único responsável mantendo também as características das políticas públicas propostas por Dye, legitimidade, pois garante educação à todos, universalidade propondo formação superior para as classes sociais menos favorecidas e coerção legitimando as políticas em políticas públicas.

Percebe-se ainda, que uma política pública deve ser a demonstração de uma ação pública, pautada na participação efetiva de todos os interessados, diretos e indiretos,

admitindo a expressão clara e transparente dos interesses sociais na tomada de decisões sobre os projetos e atividades que irão influenciar diretamente as suas vidas e o contexto social, onde o Estado aja de maneira legítima para garantir a constitucionalização dos direitos sociais, promovendo as circunstâncias necessárias e adequadas para que estes possam ser de fato garantidos e aproveitados.

Contudo, para que o Prouni seja uma política pública direcionada para o reconhecimento de valores e interesses de todos os atores envolvidos de maneira democrática e não garantindo interesses de poucos grupos, muitos elementos legais precisam ser revistos, de modo que as instituições possam atribuir a certos grupos ou interesses um acesso proporcional ao processo de decisão sobre a política, identificando sua real demanda, benefícios e redução de conflitos sociais. Portanto, analisar um modelo consiste em verificar a representação da realidade que apresentará retratos do dia a dia da sociedade como relevantes para o fenômeno investigado, explicitando relações entre os diversos aspectos do fenômeno e permitindo a formulação de hipóteses para esclarecer a compreensão das políticas públicas. Isso possibilitou o entendimento de que apesar de o Prouni caracterizar-se como uma política como produto institucional este, constituiu-se na adoção de regras e procedimentos que poderão gerar novas oportunidades e constrangimentos que, de formas distintas, causando impacto no comportamento dos atores envolvidos sem examinar a relação entre os arranjos institucionais e as políticas praticadas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. MEC. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Revista PROUNI**, Brasília, DF, n. 1, 2008. Disponível em: <[http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista\\_ProUni/Revista\\_ProUni.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **PROUNI- Programa Universidade para todos**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DOURADO, L. F. (org); et al. **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009.

DYE, T. R. (2005). **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (2010). *Políticas Públicas e Desenvolvimento*. Brasília: Editora UnB.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 21, p. 211-259, 2000.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Texto base para aulas. Programa de Mestrado em Políticas Públicas. São Borja: Universidade Federal do Pampa, [2017].

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações e soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SERAFIM, MP; DIAS RDB. **Análise de política: uma revisão da literatura**. Cad. Gestão Soc. 2012; 3(1):121-134. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1875/1875.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/login>

Enviado 24/02/2019

The screenshot shows the 'Submissões Ativas' page on the RPPi website. The page layout includes a header with navigation links, a main content area with a submission table, and a right sidebar with user and search options.

**Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPi**

Capa | Sobre | Página do usuário | Pesquisa | Atual | Anteriores | Notícias | PGPI (UFPB)

Capa > Usuário > Autor > Submissões Ativas

### Submissões Ativas

ATIVO | ARQUIVO

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
44644	02-24	ART	Nadalon, Damin Júnior	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROJUN - NA VISÃO DO...	Aguardando designação

1 a 1 de 1 itens

Iniciar nova submissão  
[CLIQUE AQUI](#) para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

### Apontamentos

TODOS | NOVO | PUBLICADO | IGNORADO

DATA DE INCLUSÃO	HITS	URL	ARTIGO	TÍTULO	SITUAÇÃO	AÇÃO
Não há apontamentos.						

Publicado | Ignorado | Excluir | Selecionar todos

(CC) BY  
 Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

**USUÁRIO**  
 Logado como: **sabrinanadalon**  
 • [Meus periódicos](#)  
 • [Perfil](#)  
 • [Sair do sistema](#)

**NOTIFICAÇÕES**  
 • [Visualizar](#)  
 • [Gerenciar](#)

**AUTOR**  
 Submissões  
 • [Ativo \(1\)](#)  
 • [Arquivado \(0\)](#)  
 • [Nova submissão](#)

**CONTEÚDO DA REVISTA**  
 Pesquisa  
 Escopo da Busca  
 Todos  
 Pesquisar

**Procurar**  
 • [Por Edição](#)  
 • [Por Autor](#)  
 • [Por Título](#)  
 • [Outras revistas](#)

**TAMANHO DE FONTE**  
 A A A

21:28  
24/02/2019